

CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE EÓLICO NA COMUNIDADE DO CUMBE

Camila Karla Medeiros Silva ¹

RESUMO

O Brasil destaca-se pela diversidade de fontes alternativas de energia mais sustentáveis devido a sua localização e por possuir um vasto território litorâneo, o que lhe proporciona um alto desempenho para utilização da energia advinda dos ventos e do sol. Nessa perspectiva, o estado do Ceará se sobressai por ser uma área que recebeu investimento para acomodação de vários complexos eólicos em seu território, como por exemplo, o complexo eólico de Aracati, motivo desse estudo. Contudo, na construção e instalação desses empreendimentos, muitas vezes não é levado em consideração os malefícios que a sua implementação pode causar na sociedade em que o complexo será inserido, ocorrendo de os pontos negativos ultrapassarem os pontos positivos. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o conflito socioambiental devido a implementação do parque eólico na Comunidade Tradicional do Cumbe. Para alcançar tal finalidade, foram utilizadas a roda de conflito e a progressão do conflito com o intuito de identificar quais foram as origens dessa divergência e analisar o seu desenvolvimento. Como conclusão, obteve-se que o empreendimento não considerou o modo de vida local e que a sua implementação acarretou mais prejuízos que benefícios. Além disso, a falta de diálogo entre as partes envolvidas favoreceu que a disputa progredisse.

Palavras-chave: Conflito ambiental, Ferramentas de análise, Energia limpa.

INTRODUÇÃO

O movimento da Primeira Revolução Industrial proporcionou a amplitude dos variados tipos de desenvolvimento tecnológico ocasionado pelo capitalismo exacerbado. Em razão disso, potencializou a instalação dos desequilíbrios ambientais frente à inserção de novos padrões de consumo no contexto da sociedade contemporânea como a busca por novas alternativas de fontes de energias, visto que, as reservas energéticas advindas dos combustíveis fósseis tiveram seus limites anunciados. Fontes menos impactantes ao meio ambiente como aquelas provenientes das marés, da radiação solar e dos ventos tornaram-se mais necessárias e usuais (PAIVA e LIMA, 2017).

O Brasil é um grande detentor de recursos naturais e por causa desse fator, houveram diversos beneficiamentos com a geração das energias renováveis, aprimorando suas tecnologias nesse segmento (FERRAZ E CODICEIRA, 2017). Ainda, devido ao grande potencial nacional

¹ Mestranda em Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, camilakmediross.cm@gmail.com;

tanto eólico quanto solar, o país criou mecanismos de incentivos à promoção dessas fontes energéticas, como os contratos de longo prazo e financiamentos (LOSEKANN e HALLACK, 2018).

O litoral do nordeste brasileiro é uma das regiões mais propícias para a geração de energia limpa, principalmente a proveniente do sol e dos ventos, devido a proximidade da linha do equador. Sendo assim, a área recebe maior influência do sol e os ventos apresentarem altas velocidades, aliadas à sua excelente regularidade e baixas turbulências. Um dos estados que se destaca nesse segmento é o Ceará, que detém os maiores investimentos na implantação de parques eólicos (RIBEIRO, 2013).

Diante do exposto, percebe-se que a busca por alternativas de energia mais sustentáveis não se trata apenas de uma preocupação com o meio ambiente, mas também da busca por um meio de sobrevivência para as futuras gerações. Contudo, deve-se atentar quanto à forma como os empreendimentos estão sendo implantados frente não apenas ao meio ambiente, mas também a sociedade. Em suma, deve-se buscar uma linha tênue entre medidas sustentáveis para o meio ambiente e o bem estar da população, evitando possíveis divergências (MOREIRA *et al*, 2013).

Em detrimento do crescente número de conflitos socioambientais, essa temática passou a ser estudada por diversos teóricos como Koubi *et al* (2014) e Bayramov (2018) em que explanam que através da literatura existente a respeito desse tema, pôde-se detectar os vínculos instituídos entre os recursos renováveis e os conflitos ocasionados por meio da escassez. Ademais, afirmam que a crescente escassez e a diminuição do acesso aos recursos renováveis geram conflitos.

Sendo assim, o objetivo principal desse estudo é analisar o conflito socioambiental devido a implementação do parque eólico na Comunidade do Cumbe no município de Aracati – CE através da roda do conflito e de sua progressão, investigando quais foram as vertentes que mais favoreceram para que esse desacordo acontecesse.

Diante disso, o conflito é algo que está presente na vida, seja de forma positiva ou negativa. O mesmo surge quando indivíduos ou grupos identificam objetivos que pretendem satisfazer, interesses materiais, necessidades ou valores que entram em colisão (CAP-NET, 2008; IDE, 2016; PIGNATELLI, 2010).

Um conflito é complexo por natureza, caracterizando-se por poder ter várias causas e várias dimensões, podendo resultar de uma combinação de fatores políticos e institucionais, socioeconômicos e ambientais. Diante dessas características, é fundamental analisar o surgimento do conflito em relação às interações entre as várias causas e dimensões, para que

seja possível algum tipo de intervenção, seja para amenizar ou solucionar o problema, ou até mesmo prevenir conflitos (HAIDER, 2014).

Existe várias fontes de conflito, a saber: os direitos e necessidades individuais não atendidos, escassez de recursos, diferenças culturais, emoções não expressas ou inadequadas, meio ambiente adverso, disputa por território, dentre outros (GUEDES E RIBEIRO, 2017; NASCIMENTO E SAYED, 2002). O conflito que ocorre em razão do meio ambiental pode assumir várias formas e apresentar variados impactos em diferentes contextos. Os motivos e as dimensões em que os conflitos ambientais ocorrem variam, podendo se manifestar em forma de discussões simples até ataques generalizados, utilizando-se da violência (NASCIMENTO e SAYED, 2002; BOB e BRONKHORST, 2010).

Para a análise dos conflitos existem diversas ferramentas que auxiliam a compreender melhor a situação e poder auxiliar no diálogo entre as partes e até mesmo no processo de mediação. Alguns desses instrumentos são: ferramenta da cebola e a progressão do conflito (CAP-NET, 2008) e as três dimensões do conflito e a roda do conflito (MAYER, 2000). Para o presente estudo será utilizado a progressão e a roda do conflito.

CAP-NET (2008) trata dos estilos de tratamento do conflito, onde afirma que, quando os interesses incompatíveis surgem, as pessoas ou os grupos possuem maneiras diferentes de lidar com o problema e uma das formas de analisar esses conflitos é através de sua progressão, visto que a maioria dos conflitos progride ao longo de um caminho típico e justamente por isso, são previsíveis. No Quadro 1 é possível identificar o caminho típico de progressão de conflito.

Quadro 1 - Caminho típico de progressão de conflito

CAMINHOS	DESCRIÇÃO
O problema surge	Conflitos surgem devido a uma mudança inesperada nas circunstâncias que são um choque para algumas partes ou para toda a comunidade ou sociedade. Muitas vezes, decisões são tomadas sem a participação do público, então os pretendidos "beneficiários" da mudança de prática muitas vezes consideram a decisão como uma ameaça aos seus meios de subsistência.
Forma de lados	Pessoas que antes não pensavam ter interesse no assunto começam a se mover para um lado ou para o outro. Mais pessoas formam opiniões definidas e sentem a necessidade de se reunir com outras que tenham pontos de vista semelhantes. As pessoas se encontram e apoiam posições semelhantes às delas e escolhem lados.
Posições endurecem	As posições endurecem e as pessoas tornam-se rígidas em suas definições do problema e de seus oponentes.
A comunicação é interrompida	Os mal-entendidos são comuns e a comunicação assume um tom cada vez mais adversário. As informações que levariam a uma solução não fluem mais entre as partes.
Recursos estão comprometidos	A maioria dos membros da comunidade tem se preocupado com a crescente controvérsia. Os indivíduos ganham uma sensação de poder pessoal por fazerem parte do grupo e estão prontos para comprometer recursos e incorrer em custos.

O conflito sai da comunidade	Formação de coalizões. As pessoas começam a procurar apoio e poder fora da comunidade. O que antes era um problema localizado se expande para uma nova e muito mais ampla arena de conflito.
Percepções ficam distorcidas	As partes perdem a objetividade em suas percepções do caráter e dos motivos de seus adversários. As pessoas estreitam seu foco e se tornam menos capazes de gerar novas estratégias para resolver o problema original.
Senso de crise emerge	Há pouca esperança de resolver a disputa original. A confiança há muito estabelecida na capacidade da comunidade de lidar com seus problemas vacila e dá lugar a uma sensação de crise. As partes agora estão dispostas a arcar com custos mais altos que antes pareciam irracionais. Progressivamente, seu objetivo passa a ser vencer a qualquer custo.
Os resultados variam	A próxima etapa pode ser o litígio. Todas as chances de negociações diretas entre as partes acabaram. Perde-se flexibilidade na escolha das opções e não prevalece a melhor solução.
Custos de conflito e resultados não negociados	Resultados impostos, ou aqueles decididos pelos tribunais, geralmente permanecem sem solução. A paz pode prevalecer por um tempo, mas as queixas permanecem. Conflitos parcialmente resolvidos ou não resolvidos tornam-se mais sérios.

Fonte: Autoria própria (2022).

Segundo Mayer (2000), o conflito tem muitas raízes e muitas teorias tentam explicar essas origens. O ideal seria uma estrutura para auxiliar a utilizar insights de diferentes teorias de conflito de uma maneira prática. A roda de conflito surge através da necessidade de desenvolver uma estrutura utilizável para compreender as fontes de conflito, dessa forma, quando se entende as diferentes forças que motivam o comportamento de conflito, é possível criar uma abordagem mais sutil e seletiva para lidar com o conflito.

A roda do conflito ilustrado na Figura 1, é utilizada como uma forma de entender as forças que originam a maioria dos conflitos. Existem cinco forças básicas ou fontes de conflito: as maneiras como as pessoas se comunicam, suas emoções, seus valores, as estruturas nas quais as interações ocorrem e a sua história. No centro de todos os conflitos estão as necessidades humanas (MAYER, 2000; MOORE, 2003).

Figura 1 - Roda do conflito



Fonte: Autoria própria (2022).

Ainda, as necessidades não existem por si só, mas, estão presentes em outras forças que podem gerar e/ou definir conflitos. Sendo assim, para entender as necessidades de forma correta, é fundamental conhecer e trabalhar algumas dessas outras forças, que afetam o modo como as pessoas vivenciam suas necessidades e como essas necessidades se desenvolveram. Todas essas diferentes fontes interagem umas com as outras, a história das pessoas influencia seus valores, o estilo de comunicação, suas reações emocionais e a estrutura em que operam, e a história está sendo feita constantemente é afetada por essas outras forças (MAYER, 2000; MOORE, 2003). Para melhor compreensão, essas fontes são examinadas no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 - Fontes do conflito

FORÇAS BÁSICAS	DESCRIÇÃO
Comunicação	Pelo fato de os humanos serem imperfeitos comunicadores, acabam gerando conflitos, havendo ou não uma incompatibilidade significativa de interesses, e quase sempre torna o conflito mais difícil de ser resolvido e o ajuda a aumentar porque as pessoas agem supondo que se comunicaram com precisão, quando não o fazem. Muitos fatores podem contribuir para problemas de comunicação, como por exemplo, a cultura, o gênero, a idade, a classe e o ambiente. Geralmente as pessoas costumam confiar em percepções imprecisas ou incompletas, tendendo a formar estereótipos e carregarem para suas comunicações conclusões tiradas de outras interações ou experiências. Devido a isso, a comunicação é uma das maiores fontes de dificuldade e esperança ao lidar com conflitos graves.
Emoções	As emoções são a energia que alimenta o conflito e também são a chave para diminuí-lo. Contribuem não somente com a energia, mas também com a força, a coragem e a perseverança, que essas, permitem que as partes participem ativamente do conflito. As emoções são geradas por interações ou circunstâncias particulares e por experiências anteriores. Uma forma chave em muitos conflitos é encontrar uma maneira adequada de lidar com os sentimentos dos participantes, de modo que não sejam ignorados nem deixem que fique fora de controle.
Valores	Valores são as crenças que se tem sobre o que é importante, o que distingue o certo do errado e o bem do mal e quais princípios devem governar a maneira como se conduz a vida. Quando um conflito é definido ou vivenciado como uma questão de valores, torna-se mais difícil de resolvê-lo. Devido uma parte das pessoas se definirem por suas crenças, quando acreditam que seus valores estão sendo atacados, sentem que estão sendo atacadas.
Estruturas	Compreende o arcabouço externo em que ocorre uma interação ou se desenvolve um problema. Os elementos de uma estrutura podem incluir recursos disponíveis, procedimentos de tomada de decisão, restrições de tempo, procedimentos de comunicação e configurações físicas.
História	A história das pessoas que participam de um conflito, os sistemas em que o conflito está ocorrendo e os próprios problemas tem uma influência poderosa no curso do conflito, dessa forma, o conflito não pode ser entendido independentemente de seu contexto histórico. A história fornece o impulso para o desenvolvimento do conflito, mas não é um determinante do conflito, embora às vezes possa parecer assim.

Fonte: Autoria própria (2022).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho compreende a análise do conflito socioambiental através da roda e progressão do conflito.

O sítio Cumbe está localizado no município de Aracati litoral leste do Ceará, possui 168 famílias que sobrevivem da pesca no mar e no rio, coleta de mariscos, cultivo de alimentos, produção de artesanato, criação de animais e dos pequenos comércios. A comunidade passou a ser estudado nos anos 2000 devido, principalmente, a instalação de grandes projetos de desenvolvimento econômico como a carcinicultura em 1998 e o parque de energia eólica em 2008 e posteriormente, a auto definição como quilombolas de parte da comunidade em 2010, gerando interesse acadêmico (CHAVES, 2019).

Porém, a instalação do parque de energia limpa na comunidade destaca-se por ter se tornado foco de numerosos conflitos, em especial por limitações de acesso ao território e seus recursos (CHAVES *et al*, 2018). O agravante desse conflito compreende a ocupação de áreas de lazer, o qual o sítio possuía uma relação afetiva com as dunas, as lagoas interdunares e o mar. Ademais, o conflito provocou diversas formas de manifestações, como o fechamento da estrada por um grupo de moradores, por 19 dias em 2009, reivindicando do empreendimento medidas que diminuíssem os transtornos gerados por sua instalação (CHAVES *et al*, 2018).

A construção e operação do empreendimento provocou mudanças no meio ambiente, na paisagem e na vida das pessoas. Além das divergências entre a população e o empreendedor devido a instalação do complexo repercutir em alterações no ambiente de trabalho, na organização familiar e social, na circulação de máquinas e de pessoas estranhas e a interferência dos aerogeradores nas áreas agrícolas e no turismo local (RIMA - Complexo Eólico Aracati, 2014). Paiva e Lima (2017) afirmam que é perceptível os impactos sociais, políticos e psicológicos que os parques eólicos provocam quando estão localizados muito próximos às áreas residenciais com baixo poder aquisitivo e político.

Em 2010, alguns habitantes que viviam às margens do rio Jaguaribe se autodefiniram como quilombolas culminando na criação da Associação Quilombola do Cumbe. Esse movimento resultou na inclusão da comunidade no Cadastro Geral das Comunidades Remanescentes de Quilombos e em 2014, recebeu a certidão de auto definição pela Fundação Cultural Palmares (FCP). E desde 2017, o território encontra-se em processo de demarcação das terras requeridas junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (AGUIAR e SOUSA, 2017; CHAVES *et al*, 2018; RODRIGUES, 2019).

Os trabalhos de Moreira *et al* (2013), Chaves *et al* (2018), Santos *et al* (2018) e Chaves (2019) utilizaram em suas metodologias aplicações de questionários e entrevistas aos moradores do sítio Cumbe, para que os mesmos pudessem relatar a realidade dos impactos da

instalação do empreendimento para a comunidade. Salienta-se que as entrevistas foram feitas apenas com os residentes do local pelo fato de que todas as vezes que os autores tentaram contato com o empreendimento não obtiveram retorno. Dessa forma, os impactos mais retratados pela população local estão no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 - Principais impactos devido a implementação do parque eólico

IMPACTO	DESCRIÇÃO
Modo de vida local	Os moradores relataram que o empreendimento não levou em consideração as conexões emocionais e materiais que os residentes possuíam com o local. A comunidade deixou de ter costumes provinciais para receber obras de saneamento e tecnologias como os aerogeradores, com suas altas torres brancas e enormes hélices, que captam a força dos ventos e transformam em energia elétrica. Os moradores abandonaram suas atividades diárias devido ao medo de choques elétricos pela presença de cabos condutores de eletricidade, intimidação pelos vigias do empreendimento e presença de cercas e portões. Essas novas condições de vida trouxe um território de medo para aquelas pessoas. Além de que não há pagamentos de royalties ou aluguéis para residentes locais. Os moradores alegaram que o território era um espaço importante em suas vidas porque as dunas, as lagoas interdunares e o mar eram utilizados como espaços de lazer para jogos de bola, montagem de barracas para vendas de alimentos, banhos nas lagoas e no mar e para confraternizações das famílias.
Livre acesso	Muitos moradores relatam que não possuem mais o direito de ir e vir, algo que antes era normal nas várias gerações. Ademais, a perda do livre acesso é entendida como uma imposição e violação do conceito de lugar. A área possui algumas placas que sinalizam que determinadas áreas não podem ser acessadas pela população, além de que houve épocas em que a comunidade não podia ter acesso ao mar, sendo possível apenas após autorização da empresa, ainda, os moradores alegam que temem possíveis acidentes devido as fiações que ficam expostas sobre os campos das dunas.
Paisagem artificial	As mudanças nos aspectos visuais despertaram um sentimento de desconhecimento do local onde residem, os moradores associam essa paisagem não natural a presença das turbinas eólicas, as placas de sinalização e as cercas que delimitam partes do empreendimento. Antes, a vista mais comum era a simplicidade da paisagem com a presença de água, mata e dunas. As famílias se orgulham das paisagens naturais que tinham no seu território e enfatizaram a relação harmônica que construíram ao longo do tempo com o ambiente onde viviam.
Interferência nos espaços comuns	O parque eólico bloqueou áreas de uso comum, as dunas eram utilizadas para lazer e festividades. As lagoas eram utilizadas também para lazer e para atividades domésticas, como a lavagem das roupas.
Uso de linguagem técnica	Nas reuniões para a apresentação do empreendimento, os representantes da empresa utilizavam de uma linguagem técnica, o que dificultava a compreensão dos residentes durante as reuniões.

Fonte: Autoria própria (2022).

Ainda, de acordo com as entrevistas aos residentes, a instalação do parque eólico ocasionou mais prejuízos do que benefícios. O empreendimento trouxe promessas de melhorias para comunidade, porém, não vieram juntamente com a instalação dos aerogeradores e quando algum nativo buscava seus direitos como cidadãos e seres humanos, eram afastados da comunidade por serem formadores de opinião Moreira *et al* (2013), Chaves *et al* (2018), Santos *et al* (2018) e Chaves (2019).

De acordo com as referências supracitadas, alguns pontos positivos também foram citados como: garantia de energia limpa e renovável, contribuição para o fortalecimento da luta pela identidade quilombola e melhorias como a construção da estrada, a reforma da igreja e o conserto de algumas casas, mesmo que alguns rebatessem que esses reparos só aconteceram porque foram danificadas no período de construção do complexo onde havia um grande tráfego de caminhões pesados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do conflito através da roda do conflito compreende as cinco principais forças que originaram o conflito em estudo. Dessa forma, a principal fonte do conflito em relação a comunicação foi o uso de linguagem técnica nas reuniões, o qual muitos residentes alegavam que os representantes do complexo utilizavam uma linguagem científica que não era compreendida pelos residentes pelo fato de que a maioria da comunidade não possuía escolaridade básica, o que dificultada a compreensão.

Em relação as emoções, que é a energia que alimenta o conflito e também a chave para diminuí-lo, teve destaque a falta de empatia do empreendimento para com a comunidade. Como os próprios moradores do sítio relatavam, a empresa não levou em consideração o modo de vida deles, como trabalhavam, os momentos de lazer e de festividades, as atividades diárias, como as domésticas, muito menos as conexões emocionais e materiais que os residentes possuíam com o local.

Da mesma forma ocorre com a fonte do conflito em relação a história. A falta de respeito a história da comunidade do Cumbe forneceu o impulso para o desenvolvimento do conflito. O empreendimento não considerou a história daquele povo, a forma de vivência, os costumes, as simples atividades diárias, as características próprias que foram passadas de geração em geração e a ligação com o território que aquela comunidade desenvolveu ao longo dos anos.

Quanto a estrutura, que compreende o arcabouço externo do conflito, destaca-se a própria disputa pelo território, sendo essa a causa principal do conflito. Onde a distribuição da área não satisfaz a comunidade, visto que antes, tinham toda a região para desenvolverem suas atividades domésticas, trabalhos, festividades e lazer. Por fim, a principal força em relação aos valores, que são o que se tem sobre o que é importante e o que distingue o certo do errado, é a própria diferença de valores existente entre a comunidade e o empreendimento. Para os moradores, o território é algo que esteve presente de geração e geração, algo que faz parte da

origem dos residentes e que existe uma conexão das pessoas com o território, porém, para o empreendimento, o território é sinônimo de lucratividade.

É importante salientar que todas as forças que originam o conflito estão interligadas e interagem umas com as outras, a história das pessoas influencia seus valores, o estilo de comunicação, suas reações emocionais e a estrutura em que operam, da mesma forma que a história que está sendo feita constantemente é afetada por essas outras forças. A roda do conflito pode ser visualizada na Figura 2.

Figura 2 - Roda do conflito aplicado ao conflito em estudo



Fonte: Autoria própria (2022).

Quanto a progressão do conflito, o problema surgiu devido a construção e implementação do parque eólico, o qual modificou a vida das pessoas de forma inesperada. Com o início do problema, formou-se os lados da disputa, de um lado têm-se o empreendimento, do outro, a comunidade do Cumbe. As posições desses lados definidos endureceram pela própria disputa pelo território e também pelos sentimentos, como a questão do medo em que os residentes desenvolveram pelo receio de que outros empreendimentos privados viessem para região e modificasse mais ainda suas vidas.

A comunicação foi interrompida quando os representantes do complexo utilizavam uma linguagem técnica que não era compreendida pelos moradores, visto que a maioria não possuía um ensino básico. Os recursos foram comprometidos, o território que antes estava disponível para a comunidade, não está mais. O conflito saiu da comunidade quando houve a formação da coalizão entre os residentes e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em que entraram com um processo de demarcação das terras quilombolas.

Quanto as percepções ficarem distorcidas, a análise da roda do conflito aclara as origens da disputa. O senso de crise emergiu quando a comunidade passou a fazer protestos como forma

de demonstrar sua insatisfação com a implementação do complexo eólico. Os resultados podem variar, a pergunta sem resposta é de como resolver o conflito. Por fim, a resolução do conflito encontra-se na forma de litígio, devido a formação da coalização entre a comunidade e o INCRA, contudo, antes mesmo da posição do julgamento, fica claro que a retirada do empreendimento é algo inviável financeiramente. O resumo da progressão do conflito pode ser visto na Figura 3.

Figura 3 - Progressão do conflito

O PROBLEMA SURGE	• A implantação do Parque Eólico
FORMA DE LADOS	• Comunidade do Cumbe x Empreendimento
POSIÇÕES ENDURECEM	• Disputa pelo território • “Medo” de novos comércios
A COMUNICAÇÃO É INTERROMPIDA	• Reuniões com um linguajar técnico
RECURSOS ESTÃO COMPROMETIDOS	• Território
O CONFLITO SAI DA COMUNIDADE	• Formação da coalizão: Comunidade do Cumbe com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
PERCEPÇÕES FICAM DISTORCIDAS	• Roda do conflito
SENSO DE CRISE EMERGE	• Protestos por parte da Comunidade
OS RESULTADOS VARIAM	• Como resolver o conflito?
CUSTOS DE CONFLITO E RESULTADOS NÃO NEGOCIADOS	• Litígio • Retirada do parque eólico: inviável financeiramente

Fonte: Autoria própria (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pôde-se perceber que os responsáveis pelo parque eólico implementado no sítio Cumbe não considerou o modo de vida dos residentes e não estão comprometidos com o desenvolvimento socioambiental da comunidade, o que gerou insatisfação dos moradores locais.

Ademais, conclui-se que a principal causa do conflito em estudo é a disputa pelo território. Para a comunidade do Cumbe, o território não significa somente uma porção de área, mas, significa identidade de um povo, história que foi passada de geração em geração, um estilo de vida tradicional. Os residentes entraram no conflito não buscando apenas uma demarcação de terra, contudo, estão lutando pela própria identidade, seus costumes e suas tradições.

Ainda, observou-se que a implementação do complexo trouxe mais prejuízos que ganhos. Sendo essa afirmação advinda dos próprios moradores e do RIMA, em que aclara que dos 48 impactos, 42 são negativos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ingrid Teixeira; SOUSA, Lucas Gomes de. **Os impactos territoriais da reestruturação produtiva no litoral leste do Ceará: o caso da comunidade do Cumbe**. In: Regimes urbanos e governança metropolitana – Encontro Nacional da rede Observatório das Metrôpoles. Natal, 2017.

Aracati (Ceará). Consultoria ambiental – Ecology Brasil. Energia dos ventos geração de energia. **Relatório de impacto ambiental – RIMA: Complexo eólico Aracati**. Aracati, 2014, 99 p.

BAYRAMOV, Agha. Review: Dubious nexus between natural resources and conflict. **Journal of Eurasian Studies**, v. 9, Issue 1, 2018, p. 72-81.

BOB, U.; BRONKHORST, S. Environmental conflicts: Key issues and management implications. **African Journal on Conflict Resolution**, v. 10, n. 2, p. 9–30, 2011.

CAP-NET; CAPNET. Conflict Resolution and Negotiation Skills for Integrated Water Resources Management. **Training manual**, n. July, p. 97, 2008.

CHAVES, Leilane Oliveira. **Modos de vida e conflitos pelo uso dos recursos naturais na comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará – Brasil**. Tese de doutorado - Universidade Federal do Ceará. FORTALEZA, 2019.

CHAVES, L. O.; BRANNSTROM, C.; SILVA, E. V. DA. Energia Eólica E a Criação De Conflitos: Ocupação Dos Espaços De Lazer Em Uma Comunidade No Nordeste Do Brasil. **Sociedade e Território**, v. 29, n. 2, p. 49, 2018.

FERRAZ, R. T.; CODICEIRA, A. Diversificação da Matriz de Energias Renováveis no Brasil: O Desenvolvimento das Novas Fontes de 2010 a 2016. **Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada**, v. 2, n. 4, 2017.

GUEDES, M. J. F.; RIBEIRO, M. M. R. Aplicação de metodologias de análise de conflito ambiental ao aterro sanitário de Puxinanã (PB). **Engenharia Sanitaria e Ambiental**, v. 22, n. 1, p. 81–93, 2017.

Haider, H. (2014). Conflict: Topic Guide. Revised edition with B. Rohwerder. Birmingham: GSDRC, University of Birmingham.

IDE, T. Toward a constructivist understanding of socio-environmental conflicts. **Civil Wars**, v. 18, n. 1, p. 69–90, 2016.

KOUBI, Vally; SPILKER, Gabriele; BOHMELT, Tobias; BERNAUER, Thomas. Do natural resources matter for interstate and intrastate armed conflict? **Journal of Peace Research**. V. 51, n. 2. p. 227-243, 2014.

LOSEKANN, L.; HALLACK, M. Novas energias renováveis no Brasil: desafios e oportunidades. **Desafios da nação: artigos de apoio**, v. Volume 2, p. 678, 2018.

MAYER, B. (2000) *The dynamics of conflict resolution: a practitioner's guide*. São Francisco: John Wiley & Sons. 288 p.

MOORE, C.W. (2003) *The mediation process: practical strategies for resolving conflict*. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass. 599 p.

MOREIRA, R. N. et al. Wind Energy in the Backyard of Our House?! Environmental Perception of Social and Environmental Impacts in the Installation and Operation of a Plant in the Community of the Site in Cumbe Aracati-Ce. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 45–73, 2013.

NASCIMENTO, Eunice Maria; SAYED, Kassem Mohamed El. CONFLITOS, A. DE; JS, R.; BARBOSA, D. 4 Administração de Conflitos. 2002.

PAIVA, I. T. P.; LIMA, E. C. Conflitos ambientais: energia eólica e seus impactos socioambientais no interior Ceará. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 2, p. 306–318, 2017.

PIGNATELLI, M. (2010) *Os conflitos étnicos e interculturais*. Lisboa: ISCSP. 288 p. (Coleção Manuais Pedagógicos.)

RIBEIRO, G. L. Parques eólicos: impactos socioambientais provocados na região da praia do Cumbe, no município de Aracati Ceará. p. 154, 2013.

RODRIGUES, Lucas Matos. **Diagnóstico participativo e cartografia social aplicados à comunidade quilombola do Cumbe – Aracati/CE**. Universidade Federal do Ceará - Trabalho de conclusão de curso. Fortaleza, 2019.

SANTOS, A. A.; DA SILVA, A. S. S.; ROZENDO, C. Free to develop: The great enterprises and the “development” in the traditional community of Cumbe, Ceará, Brazil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 45, n. April 2018, p. 22–41, 2018.